

Durante o mês de agosto teve lugar, em São Paulo, a 21ª Bienal Internacional do Livro. Além da oferta de publicações apresentadas pelas inúmeras editoras, algumas bem conhecidas, outras recém-criadas, uma intensa programação cultural desenvolveu-se durante os 11 dias do evento, que contou com a presença de autores consagrados, como Lygia Fagundes Telles, Moacyr Scliar, José Eduardo Agualusa, angolano, Mia Couto, moçambicano, além de Ziraldo e Ana Maria Machado, já considerados clássicos da literatura destinada ao público infantil. Visando atingir um leque amplo e variado, a Bienal proporcionou tanto aos leitores de publicações de cunho esotérico como aos que aguardam, com vivo interesse, novos lançamentos de expoentes da literatura brasileira e estrangeira, a oportunidade de encontrar seus livros preferidos. Para acolher o material e a grande quantidade de pessoas, tornou-se necessária a organização de um espaço — equivalente a dez campos de futebol — situado no Anhembi, logradouro de acesso nada fácil. Os que não dispõem de veículo próprio tiveram que enfrentar extensas filas de ônibus - colocados à disposição de quem se dirigia ao terminal rodoviário Tietê - para chegar ao local do evento.

Anunciou-se, logo após o término, que mais de 700 mil pessoas visitaram esse local, registrando-se um considerável aumento nas vendas, se comparadas à Bienal anterior, de 2008. Importante notar que as novas tecnologias estiveram presentes, com livros digitais colocados à disposição do público, em meio às discussões sobre o sucesso desse novo *suporte de leitura*, que se torna cada vez mais divulgado. Nesse domínio, as indagações a respeito da ameaça ao livro impresso, invenção conhecida há mais de meio milênio, representada pelos avanços decorrentes do desenvolvimento da tecnologia digital, levam a debates, às vezes, acalorados. Abordando a questão de forma inteligente e bem-humorada, Umberto Eco, semiólogo e escritor italiano, depois de salientar que o suporte não pode ser apenas o computador, pois este “depende da eletricidade e não pode ser lido numa banheira”, pronunciou-se veementemente:

Das duas uma: ou o livro permanece o suporte de leitura, ou existirá alguma coisa similar ao que o livro nunca deixou de ser

[...]. As variações em torno do objeto livro não modificaram sua função, nem sua sintaxe, em mais de quinhentos anos. O livro é como a colher, o martelo, a roda ou a tesoura. Uma vez inventados, não podem ser aprimorados. Você não pode fazer uma colher melhor do que uma colher¹.

Em todo caso, os resultados apresentados pela Bienal, ao lado do que ocorre em inúmeros eventos relacionados a livros no Brasil – lembre-se o sucesso obtido por feiras literárias como a FLIP, no Estado do Rio de Janeiro, apenas um exemplo do que ocorre em outras desse gênero, em diferentes regiões do país –, revelam-se alvissareiros. Em princípio, pode-se inferir que as pessoas leem mais, uma vez que adquirem mais livros e que o interesse pelas manifestações e *festividades* relacionadas às publicações, em geral, não cessa de aumentar.

No entanto, esse contato mais próximo e contínuo com o objeto *livro* e, conseqüentemente, com a língua portuguesa não parece refletir-se diretamente no desempenho dos alunos nas escolas do país, sejam elas públicas ou particulares. Os dados das provas do Enade, do Enem ou de outros sistemas de avaliação, amplamente divulgados, quase quotidianamente, pela mídia escrita e pelos jornais televisivos, revelam um baixo desempenho em português; nenhuma escola do país atingiu 70% de acertos, nessa área, no exame do Enem de 2009. E sabe-se o quanto os problemas desse domínio interferem em outros campos, como história, geografia e, mesmo, em matemática; quando um estudante tem sérias dificuldades em interpretar um texto simples em língua portuguesa, terá iguais ou maiores problemas em entender, por exemplo, enunciados de problemas matemáticos. Um resultado considerado positivo foi festejado pelo MEC, recentemente²: o exame do Ideb - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – apontou uma melhoria nos resultados de português e matemática, quando se comparam os resultados de 2009 com os de 2007. Em português, houve um aumento de 7% nas pontuações e, em matemática, de 12%, nas 4as séries, assinalando que os alunos chegam mais bem-preparados na 5ª série. No entanto, os resultados alcançados nessas duas disciplinas – matemática e língua portuguesa – assemelham-se aos da primeira avaliação, em 1995, sendo que, a partir de então, houve uma queda nos índices observados. Os últimos resultados são, portanto, pífios, nada havendo realmente para ser comemorado, mesmo porque não houve melhora alguma nos resultados da 5ª a 8ª séries.

As razões apontadas para explicar essas dificuldades na área de língua portuguesa relacionam-se, com frequência, justamente às tecnologias digitais. Sa-

1. Eco, Umberto; Carrière, Jean-Claude. *Não contem com o fim do livro*. Rio de Janeiro: Record, 2010. p. 16.

2. Dados divulgados pela revista *Época*, de 5 de julho de 2010.

lenta-se que a linguagem desenvolvida do mundo virtual se distancia da norma culta, ensinada na escola e empregada nos livros, uma vez que a sintaxe é abreviada e o vocabulário, pobre e banal. E, ainda, como observou o historiador americano Robert Darnton, diretor da biblioteca de Harvard: “suspeito que estamos mudando nossa forma de ler. Os mais jovens criaram o hábito de ler pequenos blocos de texto e em grande velocidade, seja em Twitter, em *blogs*, ou ainda na troca de mensagens recebidas em celulares e portáteis”³. E continua anunciando as mudanças advindas dessas novas linguagens: “é possível acreditar que logo os livros serão adaptados a esse tipo de escrita, ou seja, uma prosa breve, segmentada. Isso vai influenciar decisivamente a forma de se apresentar personagens, descrever cenários, criar atmosferas, utilizar recursos narrativos. Tudo ficará achatado”⁴, conclui o historiador. Sem discordar dessas afirmações, poder-se-ia perguntar se essas novas formas de comunicação - a dos torpedos, dos *e-mails* - vão realmente tomar o lugar de linguagens mais elaboradas. Pode-se supor, e seria, em todo caso, desejável que houvesse não uma substituição, mas o surgimento de um (ou mais) gênero de discurso — e aqui o conceito de “gênero de discurso”, de Bakhtin, ganha pleno sentido, que se acrescentaria aos demais já existentes.

Para terminar, lembro uma saborosa crônica de L. F. Veríssimo, que trata de uma questão de natureza semelhante a essas. Convidado a falar a um grupo de crianças, depois de discorrer sobre seu ofício de escritor, ouviu uma pergunta de uma menina da plateia: “Você sabe ler?” Tal questão, tomada a sério — raramente os adultos ouvem e levam a sério as sábias perguntas das crianças —, constituiu um motivo para que ele refletisse sobre a questão da leitura, levantando questões do tipo: no que consiste ler? Quais as diversas formas de ler? O que está envolvido no ato de leitura? Quais os níveis de leitura e interpretação que se podem fazer de uma simples narrativa? E, depois de tecer comentários sobre essas questões, finalizou, afirmando que poderia ter respondido à garota: “Estou aprendendo”. Tal resposta nos leva a refletir sobre o tipo de leitura que estamos desenvolvendo com os estudantes de todos os níveis de educação — do ensino fundamental ao universitário —, em uma época em que se privilegiavam os aspectos pragmáticos, instrumentais e imediatistas da instrução, da educação e da existência.

O dossiê trata da linguagem, ou melhor, da “Educação fronteiriça Brasil/Uruguai: línguas e sujeitos de fronteiras”. As diferenças culturais, sociais e, evidentemente, linguísticas são o tema de discussão deste dossiê. Os vários textos analisam uma situação peculiar, característica das áreas de fronteira: ao

3. Entrevista concedida ao *Sabático - O Estado de S. Paulo*, de 31 de julho de 2010.

4. Entrevista concedida ao *Sabático - O Estado de S. Paulo*, de 31 de julho de 2010.

lado de camadas sociais bilíngues, ou seja, formadas por pessoas de ambos os lados da fronteira que conhecem e empregam as duas línguas – espanhol e português – em suas versões “padrão”, uma ampla maioria utiliza, no Uruguai, além do espanhol, uma vertente que se convencionou chamar de “português do Uruguai” e, nas zonas fronteiriças do Rio Grande do Sul, um português marcado pelo espanhol, particularmente no que diz respeito ao léxico e à fonologia. A notar que o português do Uruguai foi reconhecido como uma das línguas nacionais, em 2003, razão pela qual se fala em educação bilíngue, nessas zonas de fronteiras; do lado brasileiro, o espanhol é ensinado como língua estrangeira. Os “estudos fronteiriços” mostram também diferentes formas de hibridização, uma interpenetração dessas línguas, sendo que as questões tratadas são bem mais amplas que o aspecto linguístico, “para incluir o educacional, o literário, a cultura culinária e o histórico”, como assinala Luis Behares, professor Titular do Instituto de Educação, Universidad de la República – Montevideo, Uruguay, coordenador do dossiê, na sua Apresentação. Assim sendo, inúmeros problemas colocam-se, relativos à educação bilíngue em sua dimensão histórica, em seus aspectos políticos e sociais, bem como outros que ultrapassam essa ampla temática, como a própria noção ou noções de língua e *sentidos de identidade*. Ao tratar de questões de fronteira, termo aqui empregado no sentido geográfico, somos levados a refletir sobre outras fronteiras, muitas vezes “invisíveis”, presentes em outras áreas de nosso país.

Na seção de artigos, os pesquisadores apresentam resultados de trabalhos que abordam assuntos relacionados a importantes temas educacionais. Dois textos tratam de questões ligadas a *currículos*: o primeiro analisa, através de documentos e de entrevistas, alguns cursos de fonoaudiologia da cidade de S. Paulo, assinalando as mudanças advindas de novos objetivos a serem alcançados na formação de profissionais dessa área; se anteriormente se visava a cura, agora deve-se levar em conta também aspectos preventivos. O segundo traz uma análise documental, buscando compreender como a dança, como manifestação artística, é tratada nos cursos de formação de professores de Dança e de Educação Física; para tanto, lança mão das ideias de vários autores nacionais e estrangeiros, particularmente, de Bakhtin. Dois outros artigos tratam de *questões de avaliação*, analisadas em perspectivas bastante distintas: um deles aborda a *progressão continuada* e a conseqüente revisão dos procedimentos avaliativos exigidos pela implantação desse regime no estado de São Paulo, em 1997; baseado em trabalho empírico envolvendo entrevistas de professores e alunos, em escola de Campinas, o texto salienta a persistência da seletividade escolar, configurada na forma denominada de “exclusão branda”, na expressão de Bourdieu. Outro traz resultados de uma pesquisa realizada em uma classe de um curso de Pedagogia de uma universidade no Paraná e trata das possibilida-

des abertas pelos “mapas conceituais” como instrumento avaliativo, apontando sua especificidade e suas vantagens, mas também seus limites. O quinto e último dessa seção discute a distinção entre “formar” e “treinar”, salientando o quanto a língua (palavra) se situa no campo da formação e da transmissão de conhecimento, enquanto a comunicação destes se coloca no âmbito do treinamento; baseada em tese de livre-docência, a autora privilegia a abordagem filosófica e ergonômica de Yves Schwartz para proceder à sua análise.

Em *Diverso e Prosa*, coloca-se à disposição do leitor um texto de 1937, escrito por Marcel Mauss (1872 – 1950), “Três observações sobre a sociologia da infância”, gentilmente encaminhado, para publicação em nossa revista, pela Profa. Dra. Anete Abramovicz, a quem agradecemos.

Pelo trabalho de Mauss, tal como introduzido por Marcel Fournier, sabe-se que a questão da educação era um tema de interesse desse famoso sociólogo francês, sobrinho e discípulo de Durkheim, que debateu suas ideias com Piaget, por ocasião de encontros científicos nas décadas de 1920 e 30. Apesar de, em vários pontos teórico-metodológicos, discordar desse autor que, nesse período, enfatizava o “social” como um motor para o desenvolvimento racional e moral da criança, Mauss conclui: “Em suma, vocês partem do individual, e nós do social, mas é o mesmo objeto que olhamos pelos dois lados opostos de uma luneta”.

Duas resenhas de livros recentemente publicados são aqui apresentadas. A primeira é dedicada ao livro de Graziela Serroni Perosa, professora da ECA-USP, publicado em 2009, cujo título, *Escola e destinos femininos*, indica o tema abordado; fruto de tese de doutoramento na FE-Unicamp e valendo-se da perspectiva sociológica de Bourdieu, esse estudo traz uma análise a respeito de formas de socialização escolar feminina em famílias de elite na São Paulo dos anos 50 e 60 do século XX. A segunda obra apresentada, *Figuras do infantil. A psicanálise na vida cotidiana com as crianças*, lançada pela Editora Vozes, é o último livro de Leandro de Lajonquière, professor titular da Faculdade de Educação da USP, em setembro deste ano; ancorado no campo da “Psicanálise e Educação”, no qual o professor Lajonquière trabalha há 20 anos, traz as últimas reflexões do autor sobre a infância e suas transformações no mundo atual. Contrariando aqueles que afirmam que a infância ou o *sentimento de infância* teria desaparecido, o autor defende a ideia de que ela está bem viva. Vale a pena ler esses dois interessantes livros que contribuem para repensar importantes questões da educação de nosso tempo.

Luci Banks-Leite